

A agricultura familiar em meio às transformações recentes no distrito de Santa Flora, Santa Maria, RS

Family farming in the recent transformation in the District of Santa Flora, Santa Maria, RS

Leandro Jesus Maciel de Menezes^{1(*)}

João Silvano Zanon²

Cesar De David³

Resumo

Nas últimas décadas, em meio às transformações recentes do campo brasileiro, tem-se reforçado, consideravelmente, a importância da chamada agricultura familiar. No distrito de Santa Flora, a agricultura familiar permeia diferentes arranjos produtivos, nos quais se desenvolvem inúmeras atividades agrícolas. Muitas dessas atividades, ao longo da história do distrito, constituíram/constituem-se como a base da alimentação da população local e, ao mesmo tempo, como uma importante fonte de geração de renda. Muitos agricultores que ainda as desenvolvem tendo tais perspectivas, fazem-na adotando um conjunto de estratégias, quer seja para desenvolvê-las, quer seja para, por meio delas, obter uma maior autonomia. Neste texto, construído por meio de instrumentos teórico-metodológicos que compõem uma pesquisa qualitativa, objetiva-se fazer uma reflexão teórico-prática sobre as estratégias que têm possibilitado a permanência da agricultura familiar permeando o desenvolvimento de determinadas atividades em meio às transformações em curso no distrito de Santa Flora. E, nesse sentido, ressalta-se tanto a inserção de inúmeros agricultores em programas de fomento à produção rural no âmbito municipal, como sua participação em determinados espaços de comercialização de seus produtos em distintas partes do espaço urbano do município de Santa Maria.

Palavras-chaves: Santa Flora; agricultura familiar; estratégias.

1 Licenciado em Geografia; Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal de Santa Maria, UFSM; Endereço: Avenida Roraima, Prédio 17, Sala 1017, Cidade Universitária, CEP: 97105-900, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil; E-mail: leandromenezesgeo@hotmail.com (*) Autor para correspondência.

2 Licenciado em Geografia; Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal de Santa Maria, UFSM; Endereço: Avenida Roraima, Prédio 17, Sala 1017, Cidade Universitária, CEP: 97105-900, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil; E-mail: silvanoz94@hotmail.com

3 Dr.; Licenciado em Geografia; Professor do Departamento de Geociências na Universidade Federal de Santa Maria, UFSM; Endereço: Avenida Roraima, Prédio 17, Sala 1017, Cidade Universitária, CEP: 97105-900, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil; E-mail: cdedavid2009@gmail.com

Abstract

In recent decades, amid the recent changes in Brazilian countryside, the importance of so-called family farms has strengthened considerably. In the district of Santa Flora, family farming permeates different productive arrangements, where they develop numerous agricultural activities. Many of these activities, along the history of the district has constituted as the staple diet of the local population and, at the same time, as an important source of income generation. Farmers that practice family farming, do it by adopting a set of strategies, either to develop them or to obtain greater autonomy. In this qualitative study, it is aimed at making a theoretical and practical reflection about the strategies that have enabled the permanence of family farming permeating the development of certain activities amid the ongoing transformations in the district of Santa Flora. In this sense, this study reinforces the inclusion of numerous farmers into incentive programs for rural production at the municipal level as well as the commercialization of their products in different parts of the urban area of the municipality of Santa Maria.

Key words: Santa Flora; familiar farming; strategies.

Introdução

Nas últimas décadas, em meio às transformações recentes do campo, tem-se reforçado, consideravelmente, a importância da chamada agricultura familiar na e para a sociedade brasileira. Sobretudo, num momento histórico em que os espaços produtivos são destinados, em grande medida, para a produção de mercadorias, mais especificamente, de commodities.

Uma expressão desse movimento da agricultura brasileira é a expansão da atividade sojicultora no distrito de Santa Flora, município de Santa Maria/RS. Nesse distrito, tal atividade tem se expandido de forma extremamente dinâmica em diferentes arranjos produtivos. Ela tem se tornado a cultura hegemônica nas pequenas propriedades, nas quais se expande, substituindo a policultura. Sendo produzida em médias propriedades e,

principalmente, em consórcio com a pecuária, em grandes propriedades.

Há, nesse distrito, em virtude da dinamização da atividade sojicultora, um processo de mudanças contínuas. Entretanto, em meio a esse processo, há algumas permanências. Haja vista que nessa localidade ainda há agricultores que apostam, em seus arranjos produtivos, na diversificação da produção agrícola, como a base alimentar do núcleo familiar e uma fonte de geração de renda.

Neste texto, objetiva-se, utilizando instrumentos teórico-metodológicos⁴ que compõem uma pesquisa qualitativa (como

4 Por meio de alguns destes instrumentos buscou-se dar ênfase ao entendimento dos agricultores diretamente envolvidos em diferentes atividades agrícolas. Neste texto, muitas vezes, esse entendimento é, de forma fidedigna, reproduzido em forma de citações, nas quais se usa letras em substituição aos nomes dos envolvidos, como forma de preservar suas identidades.

a revisão bibliográfica, trabalho de campo, entrevistas, diário de campo, etc.), fazer uma reflexão teórico-prática sobre o conjunto de estratégias que têm possibilitado a permanência da agricultura familiar em meio às transformações em curso no distrito de Santa Flora, Santa Maria/RS, exposto na figura 1 abaixo.

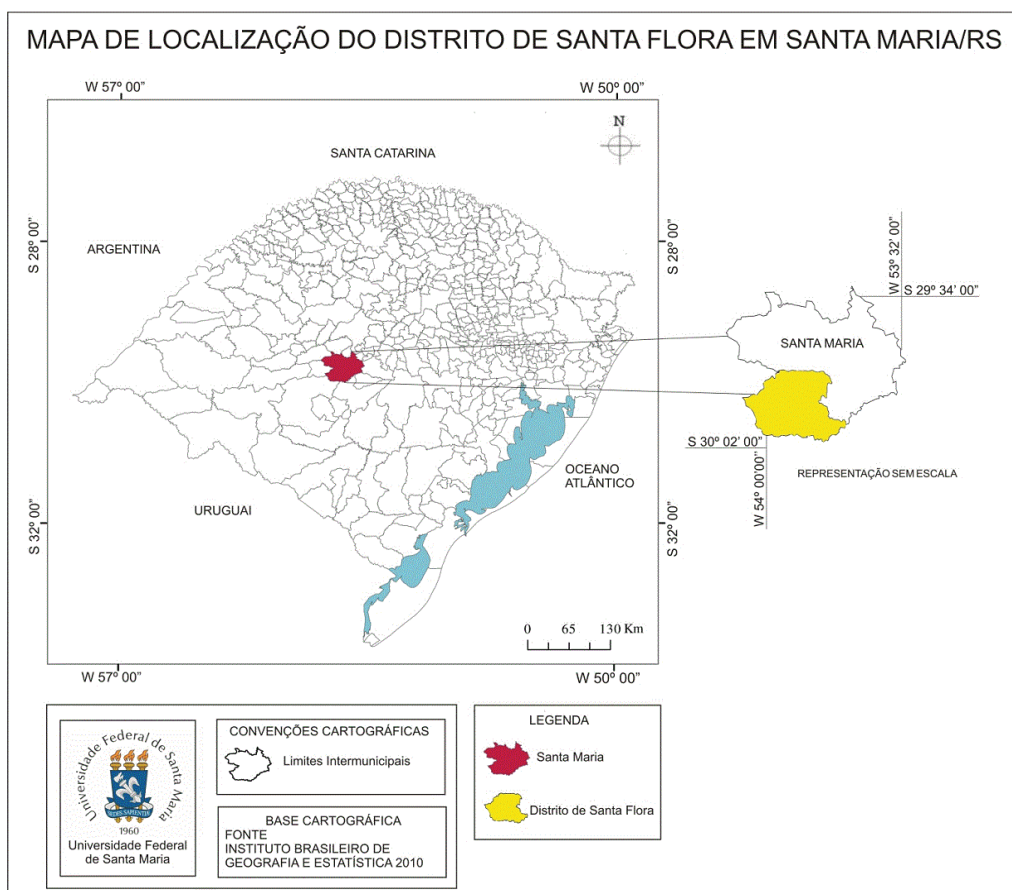
Em um primeiro momento, este texto traz considerações sobre a agricultura familiar e as recentes transformações nos arranjos produtivos desse distrito. Posteriormente, abordam-se, as estratégias que têm possibilitado a continuidade de atividades historicamente desenvolvidas em

Santa Flora. É nesse sentido que, no presente texto, ressalta-se a importância da inserção de muitos agricultores em programas que, no âmbito municipal, visam estimular o aumento da produção rural em espaços que permitem a comercialização de produtos agrícolas e não-agrícolas em distintas partes do espaço urbano do município de Santa Maria.

Agricultura familiar no distrito de Santa Flora: Transformações e permanências

No distrito de Santa Flora, a agricultura familiar disseminou-se, de forma mais expressiva, nas primeiras décadas do século

Figura 1- Localização do distrito de Santa Flora – Santa Maria/RS



Nota: Elaborada pelos autores (2013).

XX. Foi nesse período que inúmeras famílias migraram para esse distrito, à medida em que conseguiram, mediante a compra de lotes de terras, acesso à terra de trabalho.

Esse acesso à terra de trabalho foi protagonizado por proprietários de extensas áreas de terras do distrito que resolveram comercializar parcelas de suas propriedades as quais, principalmente devido à vegetação densa, ficavam ociosas no/com o desenvolvimento da atividade pecuária.

Tratava-se da comercialização de áreas com dimensões variáveis, majoritariamente entre quinze e trinta hectares, compatível com a disponibilidade de recurso de cada família para comprá-las, uma ínfima parte de extensas áreas de terras sob o domínio dos que são reconhecidos, até o presente momento, como fazendeiros. Um domínio que advém e está intrinsecamente relacionado ao processo de ocupação das terras do distrito durante o final do século XVIII. Muitas dessas extensas áreas de terras sob o domínio de fazendeiros, pertencentes ao distrito, de acordo com Santos (1984), já em 1796, faziam parte de antigas sesmarias destinadas a estancieiros de famílias abastadas que povoaram a região.

O denominado fazendeiro comercializou fragmentos de suas propriedades acumulando capital via renda da terra, enquanto colonos descendentes de italianos as compraram, tendo como desígnio a reprodução social de suas famílias que migraram para o local.

A partir das apropriações dos espaços fragmentados em lotes de terras, em diferentes estâncias, surgiram inúmeras colônias no distrito: Colônia Pinheiro, Colônia Pedro Carlos, Colônia Grápia, Colônia Favorita, Colônia Pena e a Colônia Vacacáí.

A constituição dessas colônias representou o ciclo de desconcentração

de propriedade da terra mais efetivo na história do distrito, o que, no entanto, não provocou mudanças radicais numa estrutura fundiária dominada pela grande propriedade. No distrito, apesar de 185 (67,5%) das propriedades classificarem-se como pequenas, 52 (19%) médias e apenas 37(13,5%) grandes propriedades⁵, estas últimas, que representam 13,5% do total ocupam 67,7% da área total abrangida pelas propriedades do distrito, das quais seis propriedades possuem mais de 1.000 ha, representando 24,4% da área (PEDRAZZI, 1999).

Não obstante, a constituição das colônias foi determinante para que a topografia plana, onde predominava a pecuária nas extensas áreas de terras das estâncias, passasse a apresentar um maior número de espaços produtivos destinados a culturas como o fumo, o milho, o feijão, a mandioca, a batata, o arroz, entre outros. Evidentemente, também contribuiu para que a população do distrito se tornasse predominantemente de origem italiana.

Nesse novo cenário construído pelo colono e sua família, a policultura constituía a base alimentar da população e uma das principais fontes de geração de renda⁶ para se adquirir o que não se produzia na propriedade (sal, fósforo, açúcar, etc.).

O colono, muitas vezes, além de produzir em suas terras, também cultivava

5 Parte-se aqui do pressuposto que o módulo fiscal de Santa Maria é de 22 ha e segue-se a definição conceitual estabelecida pela lei n.º 8.629/93 que determina como pequena propriedade rural aquela entre um e quatro módulos rurais, média propriedade acima de quatro e entre 15 módulos e grande propriedade acima de 15 módulos.

6 O colono estabelecia relações comercializando seus produtos com o denominado quitandeiro que se deslocava da sede do município até o distrito e retornava a mesma para a comercialização.

certas culturas nas terras de fazendeiros, às vezes, justamente daquele de quem adquiriu seu lote de terra. Nesses espaços apropriados pelo colono, pelas de relações como meeiro, predominava a produção da cultura do milho sobre as demais culturas. Sobretudo, devido ao fato de essa produção vincular-se diretamente à pecuária, por sua vez, não controlada pelo colono, mas pelo fazendeiro que disponibilizava a terra. Assim, durante a década de 1960, a cultura do milho ganhou visibilidade, apresentando altos índices de produtividade no distrito.

Nesse momento histórico, na grande maioria dos novos arranjos produtivos, eram utilizadas, como instrumentos de trabalho para a produção da policultura, a tração animal, o arado, enxada, etc. Uma exceção a isso poderia ser encontrada nos arranjos produtivos onde se desenvolvia a atividade orizícola. Muitos daqueles que se dedicaram a essa atividade aproveitavam-se da abundância de recursos hídricos existentes no distrito, já a desenvolviam com a utilização de tratores, por exemplo, no preparo da terra. Fato que começa a ocorrer, gradativamente, durante a década de 70, também na atividade sojicultora.

Isso representou uma transformação significativa para e nos arranjos produtivos em um momento em que, de certa forma, sucumbiam em decorrência do início de um processo de êxodo rural avassalador. Um êxodo rural que começa diante da constatação de que a pequena propriedade de onde se retirava a subsistência do núcleo familiar, ao mesmo tempo, limitava a permanência dos filhos do produtor policultor mesmo que estes constituíssem a fonte de mão de obra usada na propriedade.

Com a constituição dessa adversidade, passam a ocorrer transformações nas estruturas

familiares. Sobre essas dificuldades e as suas consequências, o entrevistado⁷ “A” declarou:

O modelo daquela época, modelo manual, braçal, ele faliu, o modelo de colono foi até um certo ponto, até os anos 70 e faliu (...) eu vivi a transição da falência, não sobrevivia mais uma família com um lote de 20 hectares para sustentar os filhos, o meu pai foi um, não tinha sustento suficiente em cima da propriedade que tinha para sustentar cinco filhos, foi daí que nós começamos a dispersar, o meu pai no caso e os da geração dele se mantiveram, mas quase não podiam criar os filhos, dar condição, eu sai para estudar e minha irmã também, ficou só um com ele, para um ainda dava, aquela produção de subsistência que usava boi, cavalo, o arado, isso ai faliu na virada dos anos 70 para os 80, por isso que não cresceu mais o interior (ENTREVISTADO A, 2013).

Os filhos de colonos dispersaram-se em busca de alternativas como: estudar, trabalhar na indústria, na construção civil, sobreviver de alguma forma por conta própria. Muitos dos que permaneceram consideraram que introduzindo, de forma mais contundente, a cultura da soja em suas propriedades poder-se-ia mudar uma realidade que ameaçava a reprodução social de inúmeros grupos familiares.

Muitos agricultores, pelas experiências negativas vivenciadas e por terem necessidade de construir outras perspectivas, passaram a apostar fortemente na atividade sojicultora durante a década de 1990. De tal forma que a produção da cultura comercial do arroz, que ao longo da história do distrito tornou-se a segunda principal atividade em termos de geração

7 Usaremos letras em substituição aos nomes dos envolvidos no decorrer do texto, como forma de preservar suas identidades.

de renda, ficando atrás apenas da pecuária, foi superada pela cultura comercial da soja.

Na verdade, nos dias atuais, a cultura da soja destaca-se dentre as atividades agrícolas, não somente em termos de geração de renda, mas também, pela intensificação e expansão da produção em pequenas, médias e grandes propriedades. Muitos agricultores têm substituído quase que completamente, em suas pequenas propriedades, a policultura pela monocultura da soja. Além disso, esses agricultores têm expandido suas lavouras, por meio do arrendamento, para as grandes propriedades que concentram a maior parte das terras do distrito.

Em nossos dias, a atividade sojicultora apresenta um dinamismo na sua expansão sem precedentes na história do distrito de Santa flora. Um dinamismo que encontra sustentáculo em uma conjuntura favorável tanto à comercialização, com à abertura comercial empreendida no bojo das políticas neoliberais, quanto na fácil captação de recursos à produção, provenientes, tanto do setor público quanto do privado.

Essa expansão sem precedentes vem substantivando e sendo substantivada por uma reestruturação tecnológica e biotecnológica que, concomitantemente, ocorre naqueles arranjos produtivos que se organizam e/ou reorganizam para a produção da monocultura de soja.

Por se tratar de uma reestruturação que incorpora o que há de mais moderno, gera a necessidade de trabalhadores cada vez mais capacitados para as lavouras de soja. Uma mão de obra cada vez mais difícil de ser encontrada no distrito e que, por isso, tem sido suprida por trabalhadores que migram de outros distritos do município de Santa Maria e de outros municípios vizinhos a este.

Desse modo, a expansão da produção da soja e a concomitante reestruturação

dos processos produtivos, de certa forma, têm contribuído com o êxodo rural que assola o distrito de Santa Flora. De 1991 a 2010, período em que a produção de soja se intensifica e expande de dinâmica no/ pelo distrito, a população reduziu de 2.103 habitantes para 1.074, ou seja, a população sofreu uma redução em termos percentuais de 48,93% (IBGE, 2010).

Ao mesmo tempo, com tal intensificação e expansão da atividade, as paisagens transformam-se e se homogeneízam, os territórios organizam-se e reorganizam-se e a própria dinâmica social muda.

Nesse contexto de transformações, há um aspecto interessante: o agricultor que precisa se deslocar de um ponto a outro do distrito, para expandir suas lavouras em função de arrendamento, não está disposto, dependendo da circunstância, a utilizar determinados instrumentos de trabalho em outras culturas de menor valor econômico que a sojicultora. Esse fato é melhor explicitado pelo relato do entrevistado “B” que segue:

Nós plantamos uma lavoura pequena de milho, mas nem mudamos a máquina para colher, como ia dar pouco deixamos para o gado comer, tinha dado seca na época de plantar, era uma terra de primeiro ano, a broca também começou a comer e ainda pegou uma geada, então nem colhemos, é pouco não vale a pena mudar uma máquina de lugar só para colher uma lavoura que acho que não dava 20 sacos de milho, então deixamos para trás (ENTREVISTADO B, 2013).

Como se pode verificar, há mudanças significativas nas concepções do agricultor, uma vez que sua subsistência e a geração de renda não dependem única e exclusivamente do que é produzido em sua propriedade.

E existe certo ceticismo em relação a essa atividade como evidencia o entrevistado “C”:

[...] agricultura de subsistência, ela não se mantém mais, não só no distrito de Santa Flora como em qualquer outro lugar, porque o custo de vida da população aumentou muito em função da tecnologia que hoje as pessoas dispõem. Hoje, aqui fora as pessoas têm luz, água encanada, telefone, internet, têm tudo o que tem na cidade, tu tem um padrão de vida melhor e isso te exige custo, te exige dinheiro. Antigamente, as pessoas viviam com um custo de vida bem baixo, era a água puxada do poço, uma horta bem boa, carne se comia bem menos e essa carne se tinha quando se matava um porco, uma galinha, então não se tinha todo esse custo (ENTREVISTADO C, 2013).

Essa concepção é compartilhada por muitos daqueles que se envolvem diretamente com a atividade sojicultora, tornando a soja, cada vez mais, a cultura hegemônica em seus arranjos produtivos. Tal concepção sobre algumas atividades historicamente desenvolvidas no distrito, em contraposição com uma atividade como a sojicultora, fomenta um processo de transformações contínuas que emerge em virtude de se apostar na intensificação e expansão desta última atividade em diferentes arranjos produtivos.

O que é preciso ressaltar, entretanto, é que, em meio a esse processo de mudança contínua, há algumas permanências. Há, no distrito, agricultores que ainda apostam na produção da policultura, hortifrutigranjeira, piscicultura, produção de leite, entre outros. São agricultores que, embora deem ênfase a uma atividade, num primeiro momento, têm como objetivo principal a subsistência do grupo familiar.

Em seus arranjos produtivos, esses agricultores desenvolvem uma agricultura familiar que possui os traços característicos

apontados por Wanderley (1999), ou seja, como aquela em que a família tem a posse dos meios de produção e trabalha em seu próprio estabelecimento. E como enfatiza essa autora, possui a capacidade de prover a subsistência da unidade familiar no atendimento das necessidades da família, garantindo a reprodução da mesma para as gerações futuras: a família é proprietária dos meios de produção e assume o trabalho no estabelecimento agrícola produtivo.

Trata-se de uma agricultura que mantém e pode ser definida, conforme Carneiro (1999), como uma unidade de produção na qual trabalho, terra e família estão intimamente relacionados. Tal agricultura, praticada por diversos agricultores, apresenta claramente duas características, apontadas por Andrioli (2008), em relação à agricultura familiar: a) o próprio trabalho da família é o responsável pela geração de valor; b) a forma como se integra produção e consumo a faz ser a maior responsável pela produção de alimentos.

Nos diferentes arranjos produtivos, busca-se ter uma determinada qualidade na produção voltada para o consumo e naquela que se destina para a comercialização. Os agricultores familiares, ao contrário daqueles que desenvolvem a sojicultora, não têm buscado de forma desenfreada aumentar a área de produção, mas sim agregar valor a sua produção. E, nesse sentido, a comercialização direta com o consumidor e a produção, segundo os princípios da agroecologia, tem sido de fundamental importância.

A busca por uma maior qualidade e por agregar valor ao produto tem feito com que, em alguns arranjos produtivos, utilizem-se os princípios da agroecologia para desenvolver determinadas práticas agrícolas. De acordo com Andrioli (2008), adoção da agroecologia, de maneira geral, tornou-se, por essas duas

razões, recorrente na agricultura familiar. Inclusive, para esse autor:

A agricultura familiar, pelas suas características, por suas necessidades e por sua perspectiva econômica e social, apresenta uma tendência maior de incorporar elementos da agroecologia, porque essa seria uma forma de fazer com que sua produção seja menos dependente de capital externo, de insumos (sobre os quais algumas multinacionais têm o seu controle monopolizado) e introduzir no processo produtivo conhecimentos da agroecologia, combinando-os com conhecimentos tradicionais (ANDRIOLI, 2008, p. 3).

A produção, segundo os princípios da agroecologia é uma das expressões de que a reprodução social e a própria permanência dos grupos familiares está diretamente relacionada às práticas e com a forma como se dá o trabalho realizado pelos agricultores em seus arranjos produtivos. De certa forma, isso diferencia a agricultura familiar que se mantém com base na tríade-terra, trabalho e família- daquela que se insere na atividade sojicultora, sobretudo, à medida que esta última passa a expandir suas lavouras pelo arrendamento.

Os agricultores familiares que desenvolvem atividades distintas da sojicultora vêm buscando, sob condições diversas e de diferentes formas, alternativas para permanecer no campo. E, nesse contexto, a agricultura familiar que se mantém no distrito é, ao mesmo tempo, unidade de produção, consumo e de reprodução que funciona mediante uma lógica de produção combinada de valores de uso e de mercadorias (CAPORAL; COSTABEBER, 2000).

Dentro dessa lógica, corroborando com a perpetuação da agricultura em escala familiar, existe uma forte combinação de

atividades agrícolas e não agrícolas. Essa forte combinação tem se dado mediante o crescimento do desenvolvimento de atividades não agrícolas pelos diferentes grupos de agricultores familiares. E a ideia de pluriatividade a que remete tal combinação é, como apontou Anjos e Caldas (2006), dependente tanto das estratégias sociais e produtivas adotadas pelas famílias e por seus membros, quanto pelo contexto socioeconômico em que estão inseridas.

Em muitos arranjos produtivos, a produção agrícola já não é mais a única e, em muitos casos, nem a principal fonte de renda dos grupos familiares. Estes têm desenvolvido um significativo conjunto de atividades agrícolas e não agrícolas e, para tanto, feito uso de recursos provenientes e direcionados a diferentes fins.

Muitas vezes, os agricultores familiares têm utilizado, para dar continuidade ao desenvolvimento de tais atividades, uma parte do benefício concedido pela previdência social. Durante a pesquisa de campo, muito frequentemente nas entrevistas realizadas com os agricultores familiares, percebeu-se que muitos deles faziam uso do benefício para custear determinadas atividades direcionadas para o consumo e/ou para a comercialização. Constatou-se, assim, empiricamente, que tal benefício, como afirma Schiefelbein (2011), pode contribuir para permanência dos grupos familiares no campo, uma vez que, de certo modo, exerce um papel de financiador das atividades agrícolas e não agrícolas.

Além dos recursos que provêm do benefício da previdência social, para buscar permanecer no campo desenvolvendo determinadas atividades, ainda, os agricultores familiares do distrito têm buscado inserir-se em inúmeros programas de fomento à agricultura familiar. Muitos agricultores,

objetivando conseguir recursos, têm acessado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Atualmente, o Pronaf é o principal sistema de crédito para custeio e financiamento da lavoura familiar no Brasil. Desde sua criação, em 1996, os números referentes aos atores que o acessaram têm crescido consideravelmente. E conforme destaca Guanziroli (2007, p. 302)

Após 10 anos de execução não cabe nenhuma dúvida de que o programa se estendeu de forma considerável por todo o território nacional, ampliou o montante financiado, desenvolveu programas especiais para atender diversas categorias, assumiu a assistência técnica e reforçou a infraestrutura tanto dos próprios agricultores como dos municípios em que se encontra. (GUANZIROLI, 2007, p. 302).

O referido programa apoia a inclusão dos agricultores familiares no processo de agroindustrialização e comercialização, de modo a agregar valor, gerar renda e oportunidades de trabalho no meio rural.

Com o acesso a esse programa, os agricultores familiares do distrito de Santa Flora, além de conseguirem recursos para produzir e garantir a reprodução social dos grupos familiares, também têm visado aproximar-se do mercado consumidor.

Nessa perspectiva, muitos agricultores familiares têm buscado inserir-se em inúmeros Programas Municipais de Desenvolvimento Rural de Santa Maria⁸. Esses programas são instituídos no âmbito do município de Santa

Maria, em que o objetivo é o fortalecimento da agricultura familiar.

Em Santa Flora, momentaneamente, há cerca de trinta e cinco agricultores que já se inseriram ou estão se inserindo em programas municipais como os de: fruticultura, horticultura, piscicultura, bovinocultura de leite, ovinocultura, avicultura colonial, apicultura, incentivo à agroindústria, correção do solo, inseminação artificial, entre outros.

No distrito, tanto se encontram produtores que participam de apenas um dos programas (ex: de incentivo a agroindústria), como também, produtores que participam de até seis dos onze programas de fomento (por exemplo, aquele inserido nos programas de fruticultura, correção do solo, inseminação artificial, avicultura colonial, apicultura e piscicultura), conforme demonstra o quadro 1.

O poder público municipal atribui, como vantagens aos produtores, na sua inserção nos programas, o fato de dar subsídios de juros (a prefeitura municipal pode pagar até 2% dos juros devidos pelos produtores que participam do aumento da produção rural, para atender à demanda do mercado local e regional do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF) e de, com o apoio da EMATER municipal, realizar o projeto técnico, dar orientação, acompanhamento e assistência técnica. Além disso o produtor, ao se inserir nos programas, poder fornecer o que produz é produzido às redes de supermercado, desde que o produto tenha qualidade, frequência de entrega e preço de mercado.

No entanto, a aproximação com o mercado pelos programas de fomentos citados, não ocorre sem a superação de determinadas adversidades. Um exemplo das adversidades a se superar ocorre na produção leiteira. Essa produção tem sido comercializada de duas formas pelos

8 Esses programas têm por finalidade fomentar o desenvolvimento do setor agropecuário, garantindo o aumento da renda do agricultor e proporcionando uma melhor qualidade de vida, atendendo demandas locais, trazendo alimento à mesa do consumidor com mais frescor e qualidade, fazendo que o dinheiro fique no município, e gerando mais emprego e renda.

Quadro 1 - Os programas de fortalecimento da agricultura familiar acessados pelos produtores do distrito de Santa Flora

Produtores	PRO FRUTA	PRO HORTA	PRO CALCÁRIO	PRO LEITE	PRO CRIA	PRO OVINO	PRO FRANGO	PRO AGROINDÚSTRIA	PRO MEL	PRO PEIXE	PRO ÁGUAS	Total
Produtor 1		X	X									2
Produtor 2	X		X		X		X		X	X		6
Produtor 3	X	X	X							X		4
Produtor 4	X	X								X		3
Produtor 5			X	X	X							3
Produtor 6			X						X	X		3
Produtor 7	X	X	X	X	X							5
Produtor 8			X	X	X							3
Produtor 9			X	X	X							3
Produtor 10							X			X		2
Produtor 11				X						X	X	3
Produtor 12				X	X							2
Produtor 13	X								X			2
Produtor 14			X	X	X						X	4
Produtor 15											X	1
Produtor 16											X	1
Produtor 17			X							X	X	3
Produtor 18											X	1
Produtor 19										X		1
Produtor 20										X		1
Produtor 21			X			X						2
Produtor 22			X	X								2
Produtor 23				X			X					2
Produtor 24		X	X									2
Produtor 25	X	X										2
Produtor 26			X	X				X				3
Produtor 27			X	X							X	3

Fonte: Secretaria de Municipal de Desenvolvimento Rural de Santa Maria.

produtores do distrito: a) é comercializada pelos próprios produtores no distrito-sede do município b) é comercializada na entrega das mercadorias a um caminhão que passa recolhendo a produção.

A segunda forma de comercialização ocorre porque o produtor não dispõe de um meio de transporte adequado para levar a produção até o local de comercialização e, principalmente, pela pequena quantidade produzida. Quando o produtor produz em pequena escala, necessita armazenar num refrigerador até alcançar uma determinada quantidade para, somente depois, direcionar o produto ao caminhão de recolhimento.

Na verdade, o processo de comercialização da produção leiteira vem ocorrendo dessa forma devido às dificuldades encontradas na implantação de uma agroindústria. Essa agroindústria seria implantada para o processamento de queijo e salame. O entrevistado “D” define a problemática que não tornou possível tal implantação:

O problema do negócio do leite aqui é difícil porque existe muita exigência. Para fazer queijo e salame, exige-se muito. Uma vez, vi falar que montar uma agroindústria custaria em torno trinta mil reais, depois em noventa, agora eu nem sei quanto custa já que se exige tudo que é coisa para que a gente possa produzir. É uma pena porque muita gente poderia estar fazendo (ENTREVISTADO D, 2013).

Assim como os produtores de leite, há, também, produtores inseridos nos programas que têm comercializado seus produtos entregando-os diretamente no distrito sede do município. O mesmo tem sido feito por agricultores que optaram por não se inserir nos programas. De modo geral, essa comercialização tem ocorrido principalmente com as cooperativas que compram, desses

agricultores, produtos como: ovos, hortaliças, frutas, mel, salame, pão, bolacha, entre outros.

A produção e comercialização feita, seja pelo produtor inserido em diferentes programas, seja por aquele que não optou por essa inserção, demonstra nitidamente a diversidade interna da chamada agricultura familiar. Não obstante, há, no distrito, produtores que, além de não estarem inseridos nos programas municipais de fomento, ainda optaram, tanto por produzir, quanto comercializar de uma forma diferente dos demais. Referimo-nos aos produtores que comercializam seus produtos em feiras que se realizavam na sede do município e, a partir de sua inserção, nessa forma de comercialização passaram a produzir segundo alguns dos princípios da agroecologia.

A comercialização nas feiras e a produção de base agroecológica

Durante a década de 1990, agricultores familiares do distrito de Santa Flora tomaram conhecimento da Feira da Economia Solidária, realizada no distrito sede do município de Santa Maria. A partir de informações obtidas via rádio, os produtores vislumbraram a possibilidade de comercializar seus produtos com maior autonomia na sede do município. O entrevistado “E” relata como se deu esse processo:

Eu ouvi no rádio que a irmã Lurdes tinha começado as atividades aqui, com o pavilhão cedido pelo Dom Ivo, com mais ou menos 30 famílias. Então, nós tivemos uma reunião com a irmã e começamos a comercializar. De saída, foi meio difícil, nós só tínhamos um carro, fomos trazendo aos poucos e depois foi aumentando, assim como também foram aumentando os pavilhões. Agora tem mais lugar, tem mais freguesia, estou achando muito bom (ENTREVISTADO E, 2013).

Em princípio, os produtores tiveram de contribuir com 10% do que comercializavam para cobrir os eventuais gastos do espaço utilizado. Hoje, esse percentual foi reduzido para 8% do valor comercializado. Um valor que, para os produtores, é considerado irrisório diante das possibilidades de comercialização e, sobretudo, da infraestrutura que está a sua disposição, conforme é possível observar na figura 2.

No início da comercialização na feira, um dos principais produtos comercializados foi a batata doce. Nos últimos anos, outros produtos como milho verde, pipoca, abóbora, moranga, cebola, alho, ovos, agrião têm se destacado dentre os inúmeros produtos comercializados pelos produtores do distrito.

Essa diversificação da comercialização expressa a diversificação da produção oculta e, de certo modo, as transformações nas formas de se produzir, ocorrida nos processos produtivos em decorrência da participação dos produtores nas feiras. Tais transformações

ocorreram, sobretudo, à proporção que os produtores, que já comercializavam no Centro de Referência de Economia Solidária Dom Ivo Lorscheiter, foram convidados a participar de um programa de abastecimento popular desenvolvido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural.

Esse programa de abastecimento popular tinha como meta fornecer produtos de melhor qualidade em diferentes partes do espaço urbano do município. E, nesse contexto, para o poder público municipal, as feiras assumiam fundamental importância. Na verdade, o programa tinha como proposta fomentar a comercialização de alimentos produzidos segundo os princípios da agroecologia nas feiras já existentes, além de criar novos espaços para a comercialização dessa forma de produção.

Assim, entre 2001 e 2004, os produtores do distrito que desenvolviam sua produção segundo alguns princípios da agroecologia inseriram-se nesse

Figura 2- Centro de Referência de Economia Solidária Dom Ivo Lorscheiter



Fonte: Trabalho de campo (2013).

Nota: Fotografia (MENEZES, L. J. M.; et al., 2013).

programa. Na verdade, esses produtores são praticamente os mesmos que já comercializavam no espaço da Feira de Economia Solidária, pois, em seus espaços de produção, já se evidenciavam tais princípios. Um exemplo dos princípios agroecológicos está presente no cultivo do feijão miúdo como é descrito pelo relato do entrevistado “E”:

O feijão miúdo vai crescendo e vai estendendo o braço de ramos, vai subindo de um jeito que fecha a terra, depois a gente pode colhe a vagem, pode colher o feijão miúdo e depois quando está meio loro a gente disca e semeia, por exemplo, a aveia e tudo fica na terra. Isso dá um adubo que é uma beleza dá um adubo verde do melhor que tem (ENTREVISTADO E, 2013).

Essa técnica utilizada é importante num primeiro nível de transição agroecológica, em que se melhora a eficiência das práticas agrárias convencionais, reduzindo o uso dos insumos externos, como os agrotóxicos (GLIESSMAN, 2000). A adoção desse tipo de técnica, segundo Caporal e Costabeber, 2002, pode reduzir a perspectiva de se ter, principalmente, impactos ambientais negativos.

O diferencial para os produtores é que eles passaram a comercializar em uma parte distinta do espaço urbano do município, mais especificamente, como demonstra a figura 3, na Praça Saturnino de Brito, Rua Dr. Bozano, Centro da cidade de Santa Maria.

A comercialização dos produtos nessas feiras, localizadas em partes distintas da cidade, tornou-se possível, pela ação

Figura 3- Feira de comercialização na Praça Saturnino de Brito, Santa Maria/RS



Fonte: Trabalho de campo (2013).

Nota: Fotografia (MENEZES, L. J. M.; et al., 2013).

dos mesmos produtores, e pelo fato de se realizarem em dias distintos da semana.

Um aspecto importante a ser destacado na dinâmica dessa comercialização é que, muitas vezes, desloca-se do distrito apenas um produtor que faz a comercialização da sua produção e, também, de outros agricultores. Esse agricultor incumbido da comercialização desloca-se até unidades de produção próximas, (na maioria das vezes, de parentes), recolhendo a produção para, posteriormente, comercializá-la na cidade. Com isso, há uma diminuição significativa nos gastos que um eventual deslocamento individual traria aos produtores.

Evidentemente que esse tipo de estratégia é realizada por uma série de motivos que não cabe aqui serem discutidos. No entanto, pelas implicações causadas, um deles precisa no mínimo ser apontado. Trata-se, das adversidades enfrentadas pelos agricultores do distrito no deslocamento da produção até os locais de comercialização. Essa adversidade é enfatizada no relato do entrevistado “F”, que se desloca constantemente para a comercialização:

A estrada é ruim; hoje mesmo levei mais de hora para vir e se tu ver não é longe é só trinta quilômetros, o que quando muito em meia hora pouco mais a gente viria, mas levei quase uma hora, a estrada é muito ruim. Por isso, tem que sair de madrugada, tem que sair devagar, então tudo é assim é uma campanha, estamos mal, estamos meio atirados lá (ENTREVISTADO F, 2013).

Para os agricultores, há descaso do poder público municipal com a estrada que liga o distrito à sede do município. Segundo os agricultores, esse descaso tem se tornado cada vez mais constante e evidencia-se nos diálogos entre os produtores de diferentes segmentos produtivos. Como diz o entrevistado “G”:

Lá de vez em quando passam uma patrôla. Não tem um zelador para tirar as árvores que caiu com essa última tormenta no meio da estrada, não tem ninguém para tirar, está lá para ver tem galho para tudo que é lado atulhando valeta e os bueiros e ninguém vai lá fazer nada e nem pra dá uma mão. Nessa tormenta que desmanchou com as casas nem deram uma mão, a prefeitura nem se prestou para ir lá olhar (ENTREVISTADO G, 2013).

Embora exista essa adversidade, os produtores têm uma visão positiva em relação à comercialização de seus produtos a partir das feiras. Isso porque consideram como possível comercializar tudo o que produzem em suas propriedades, sejam produtos agrícolas ou não-agrícolas. E, sobretudo, porque tem uma média de lucratividade maior do que se entregassem diretamente para as redes de supermercados, conforme o entendimento de alguns agricultores:

Nós já entregamos batata para mercado, mas eles compram pouco e depois querem que você recolha o produto. Por exemplo, depois de quinze dias você tem de recolher o produto que sobrou, porque eles não querem perder, mas você pode perder. Isso não é negocio bom porque além de te pagarem a metade daqui, ainda você tem que recolher o produto que sobra. Até porque esse tipo de batata quase não existe em Santa Maria.

Parece oportuno considerar, também, um aspecto que extrapola o econômico: o agricultor, ao estabelecer relações quase que cotidianamente com determinadas pessoas, em ambas as feiras, não mais as considera, única e exclusivamente, como um consumidor em potencial. Isso porque, nesses espaços trocam saberes e constroem laços de amizade que já perduram durante quase duas décadas. Tanto que, com frequência, os

consumidores que compram uma caixa de ovos, num momento posterior, devolvem a caixa para o agricultor de quem compraram. Quando compram uma abóbora devolvem as sementes e assim por diante.

Esses produtores, ao longo do período em que têm comercializado seus produtos, reestruturaram seus processos produtivos utilizando, principalmente, o Pronaf. Embora reconheçam a importância desse programa nessa reestruturação, que é pouco significativa em comparação com outras atividades do distrito como a orizícola e a sojicultura, nem todos os produtores continuam a utilizá-lo.

O que parece importar para os agricultores que comercializam seus produtos nas feiras não é o quanto estejam tecnologicamente estruturado seus sistemas produtivos, mas o que torne possível dar continuidade a um modo de vida construído historicamente.

Considerações Finais

Nos dias atuais, no distrito de Santa Flora, os agricultores optam cada vez mais pela intensificação e expansão da produção da soja, em propriedades de diferentes tamanhos. Nas pequenas propriedades, onde ao longo da história do distrito a policultura predominou como base alimentar da população e uma das principais fontes de geração de renda, os espaços produtivos vêm

sendo destinado quase que completamente à produção dessa monocultura.

Embora este seja um processo dinâmico em curso no distrito há, entretanto, algumas permanências, como é o caso daqueles produtores que têm dado continuidade a uma produção pautada na diversidade, buscando permanecer no campo de uma forma distinta da que se impõe como hegemônica.

Com essa perspectiva, pequenos produtores têm se inserido em programas de fomento ao aumento da produção rural para o mercado local, instituídos no âmbito municipal. Essa inserção, que ocorre sob condições diversas e de diferentes formas, demonstra-nos nitidamente a amplitude da diversidade e da potencialidade interna da chamada agricultura familiar.

Embora sendo uma alternativa anterior aos programas de fomento, a comercialização de produtos, nas feiras, pelos produtores do distrito, vem ao encontro da perspectiva de dar continuidade a um modo de vida historicamente construído.

Não são poucas as adversidades enfrentadas pelos produtores para comercializar seus produtos no espaço urbano do município, contudo, também parecem não ser as razões que os levam a superar as adversidades na tentativa de seguir desenvolvendo suas práticas cotidianas com autonomia.

Nota: os autores apresentaram declaração de cessão de uso de imagens e termo de consentimento livre e esclarecido.

Referências

ANDRIOLI, A. I. Agricultura familiar e sustentabilidade ambiental. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 89, 2008. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/089/89andrioli.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2014.

ANJOS, F. S. CALDAS, N. V. Pluriatividade e sucessão hereditária na agricultura familiar. In: SCHNEIDER, S. (Org.) **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 186-215.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**: perspectivas para uma nova extensão rural. Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2000.

_____. Agroecologia: enfoque científico e estratégico. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 13-16, abr./jun. 2002.

CARNEIRO, M. J. **Agricultores familiares e pluriatividade**: tipologias e políticas. In: COSTA, L. F. C. MOREIRA, R. J. BRUNO, R. (Org.). *Mundo rural e tempo presente*. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 1999. p. 325 – 344.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2000.

GUANZIROLI, C. E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, p. 301-328, abr/jun. 2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 nov. 2012.

PEDRAZZI, P. R. **Situação fundiária e agropecuária do município de Santa Maria e algumas considerações comparativas entre distritos – ano de 1996**. Santa Maria: EMATER/Santa Maria, 1999. (Relatório).

SANTA MARIA (MUNICÍPIO). **Lei municipal** nº 940, de 08 de junho de 1961.

SANTA MARIA (MUNICÍPIO). **Lei municipal** nº 1037, de 27 de julho de 1962.

SANTOS, I. F. **Distritos de Santa Maria**. Santa Maria: Prefeitura Municipal de Santa Maria/ Secretaria de Educação, 1984.

SCHIEFELBEIN, A. **Os impactos sociais e econômicos da Previdência Social Rural no município de Silveira Martins, RS**. 2011. 89 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar**: realidade e perspectivas. Passo Fundo, EDIUPF, 1999. p. 21-56.